

Planos para o futuro: uma análise da perspectiva ocupacional de professores universitários para o período da aposentadoria

Pamela Daniel Machado Nascimento , Andreza Aparecida Polia 

Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil.

Resumo: Introdução: O presente trabalho baseou-se no Modelo de Ocupação Humana, especificamente no subsistema da volição para compreender a fase da aposentadoria. Objetivo: A partir das teorias abordadas objetivou-se conhecer a perspectiva ocupacional para a aposentadoria dos professores universitários do Centro de Ciências da Saúde (CCS) do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. Método: Tratou-se de um estudo de natureza exploratório-descritiva aplicado com 11 professores universitários do CCS a partir de uma entrevista semiestruturada realizada em abril e maio de 2017 e posteriormente analisadas segundo a técnica da Análise de conteúdo de Bardin. Resultados: O estudo teve seus resultados e discussões baseados nas seguintes categorias: como os professores se percebem dentro do planejamento da aposentadoria; os fatores que contribuem para a saída ou permanência no trabalho e qual é o significado da aposentadoria individualmente. Conclusão: A partir dos resultados verifica-se que o planejamento requer uma adaptação do indivíduo devido à importância da fase da aposentadoria e que, por esse fator, é necessário que haja um investimento por parte das universidades em projetos de extensão ou pesquisa, e até mesmo criação de grupos em que o planejamento para a aposentadoria seja o assunto em pauta para que os fatores que os impede de experienciar esse momento sejam revistos e trabalhados, para que ganhos possam ser percebidos como mais gratificantes que as perdas.

Palavras-chave: *Aposentadoria, Professores Universitários, Terapia Ocupacional.*

Plans for the future: an analysis of the occupational perspective of professors for the retirement period

Abstract: Introduction: The present work was based on the Human Occupation Model, specifically in the volition subsystem to understand the retirement phase. Objective: Based on the theories addressed, the objective was to know the occupational perspective for the retirement of the university professors of the Health Sciences Center (CCS) of Campus I of the Federal University of Paraíba. Method: This was an exploratory-descriptive study applied with 11 university professors from the CCS from a semi-structured interview conducted in April and May of 2017 and later analyzed according to the technique of Content Analysis of Bardin. Results: The study had its results and discussions based on the following categories: how teachers perceive themselves within the planning of retirement; the factors that contribute to the exit or permanence in the work; and what is the meaning of retirement individually. Conclusion: Based on the results it is verified that the planning requires an adaptation of the individual due to the importance of the retirement phase and that by this factor it is necessary that there is an investment by the universities in projects of extension or research and even creation of groups in which planning for retirement is the issue at hand so that the factors that prevent them from experiencing this moment are reviewed and worked out so that gains can be perceived as more rewarding than losses.

Keywords: *Retirement, University Teachers, Occupational Therapy.*

Autor para correspondência: Andreza Aparecida Polia, Departamento de Terapia Ocupacional, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, Campus I, s/n, Castelo Branco, CEP 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil, e-mail: andrezapolia@gmail.com

Recebido em Fev. 9, 2018; 1ª Revisão em Out. 6, 2018; 2ª Revisão em Nov. 28, 2018; Aceito em Fev. 6, 2019.



1 Introdução

Quando abordamos a fase de vida da aposentadoria diferentes questões investigadas têm possibilitado a compreensão desse objeto de estudo como um processo de transição, tais como, aplicação de instrumentos que mensuram as perspectivas futuras para a aposentadoria (FRANÇA; CARNEIRO, 2009; BARBOSA; TRAESEL, 2013; LEANDRO-FRANÇA; IGLESIAS; MURTA, 2014; RAFALSKI; ANDRADE, 2017), implantação/avaliação de programas de preparação para a aposentadoria (VILELA; PAULIN, 2014; LEANDRO-FRANÇA; IGLESIAS; MURTA, 2018) e concepções de trabalho na velhice (FREITAS; CAMPOS; GIL, 2017).

Atualmente, além desses tópicos de interesse que perpassam o processo de transição do trabalho para a aposentadoria, a população brasileira, de modo geral, tem se mobilizado em decorrência da Proposta de Emenda Constitucional conhecida como PEC 287/16, que propõe alterações com relação à idade mínima e ao tempo de contribuição dos trabalhadores para se aposentar, o que impacta diretamente nos projetos presentes e futuros de quem está próximo do período de aposentadoria.

Nesse contexto, e sob as bases teóricas do Modelo da Ocupação Humana, este estudo teve por objetivo conhecer a perspectiva ocupacional para a aposentadoria dos professores universitários do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, identificando como esse público percebe e se prepara para a transição entre as atividades laborais e a aposentadoria.

Entendendo os seres humanos como seres ocupacionais, adotamos a perspectiva de Kielhofner, Burke e Igi (1991) os quais postulam que quando entregues ao ócio, os indivíduos adoecem pela falta de uma ocupação significativa, o que pode ocorrer quando se chega à época da aposentadoria. Ferrari (1991) complementa que é a partir da ocupação humana que o homem explora, interage, influencia o meio ambiente e por ele é influenciado. Kielhofner (2008) acrescenta ainda na teoria do Modelo da Ocupação Humana (MOHO) que o homem é um sistema aberto que está em constante mutação/adaptação devido às complexas interações e alterações intra e extra ambientes.

Essa teoria do MOHO é formada por três subsistemas com finalidades diferentes: vontade, habituação e desempenho. Neste trabalho nos ateremos apenas ao subsistema da vontade que é aquele que guia as escolhas das ações a partir da motivação pessoal, objetivos e interesse de cada

indivíduo (FERRARI, 1991). A motivação é uma das áreas que estuda os fatores que estimulam determinados comportamentos e a forma como eles são iniciados e sustentados ao longo da vida. É a partir da motivação, que as pessoas decidem realizar determinados tipos de atividades que aparentemente não lhes trazem benefícios materiais, mas contribuem para seu bem-estar pessoal (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2003).

Nem sempre há uma motivação intrínseca para a realização das demandas que precisam ser executadas ao longo do dia, como trabalhar, se alimentar, estudar, se higienizar, dormir, descansar, etc. Esses hábitos são comportamentos repetidos cotidianamente e ao longo do tempo se tornam rotineiros, quase automáticos e são utilizados para demandas específicas como sobrevivência, manutenção da vida, atividades produtivas que geram renda, dentre outras. Entretanto, além das habilidades ocupacionais básicas, é necessário que os indivíduos preencham as expectativas ambientais e equilibrem suas ocupações cotidianas como, por exemplo, o trabalho e os períodos de descanso (KIELHOFNER; BARRETT, 2010).

Os dotes pessoais, valores e interesses se inter-relacionam e são fundamentais para as escolhas das atividades e ocupações que os indivíduos desejam executar em algum momento de suas vidas, sendo que muitas das ocupações escolhidas se tornarão uma parte significativa e permanente da vida dos indivíduos (KIELHOFNER; BARRETT, 2010).

Todavia, a motivação humana é importante, porém, não se configura como o único definidor das escolhas ocupacionais, dado que o contexto familiar (ALMEIDA; MAGALHÃES, 2011), social, cultural e econômico (SENNETT, 2005; BAUMAN, 2009), assim como as possibilidades de ocupação definidas neles, impactam diretamente nas escolhas e inserções laborais dos indivíduos.

Sendo o trabalho a ocupação que perdura por mais tempo no cotidiano do adulto, e por isso, exige geralmente um grande investimento da vida pessoal, é necessário que ele compreenda a necessidade de um planejamento para o período posterior à aposentadoria, já que como em todo processo de transição, são necessárias a adaptação mental e física para que o trabalhador se visualize como aposentado.

No Brasil, torna-se imperativo pensar de que forma e por qual(is) atividade(s) esse lugar que o trabalho ocupa será preenchido, considerando que, geralmente, a fase da aposentadoria coincide com o processo de envelhecimento. De acordo com dados

do IBGE (INSTITUTO..., 2017) a expectativa de vida passou a ser de 75,5 anos variando para mais ou menos em relação ao gênero e dependendo da cidade onde se reside. Além disso, o número de idosos passou de 7 milhões em 1975 para 14 milhões em 2002 e deverá alcançar 32 milhões em 2020 (VERAS; OLIVEIRA, 2018).

Netto (2016) relata as dificuldades de se estabelecer o início da fase da velhice, apesar da mesma ser inerente a todos os seres vivos animais. Essa dificuldade ocorre pela ausência de um marcador biológico entre adultez e velhice de modo que a marca da transição da maturidade para o envelhecimento têm sido determinada pelos fatores socioeconômicos e legais (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Durante essa transição da adultez para a velhice, as alterações biológicas, quanto à mobilidade e o desempenho físico alteram variando individualmente e dependem de fatores como a alimentação, atividades físicas, vida social, trabalho exercido anteriormente e família. Uchôa (2003) aponta que as alterações da velhice, desde as físicas às psicológicas podem corroborar para um desequilíbrio na vida do idoso, e por consequência, a perda de sua autonomia, vida social, psicológica e da própria possibilidade de trabalhar.

Devido a todos esses fatores que fazem parte desse processo de transição, alguns adultos, geralmente mediante participação em projetos que têm como foco essa fase, começam a refletir e planejar as ocupações que desejam exercer durante a velhice (FREITAS; CAMPOS; GIL, 2017; OLIVEIRA; SILVA, 2018). Esse planejamento é necessário, pois de acordo Rodrigues e Rauth (2006) a saída da atividade profissional para a aposentadoria requer um condicionamento físico e mental, pois para alguns, significa uma exclusão do mundo produtivo e o início da inutilidade.

A aposentadoria é um direito social instituído para assegurar as necessidades básicas, a manutenção da vida e a segurança dos idosos, e se caracteriza como uma invenção social moderna, inaugurada na Alemanha no mesmo período da implantação do Estado de Bem-Estar Social (PACHECO; CARLOS, 2006).

No Brasil houve várias mudanças na concepção da aposentadoria a fim de que a mesma se tornasse um direito, e o marco legal para essa consagração foi a Constituição de 1988 que reverteu uma política assistencialista em curso na época, e definiu parâmetros de direito e de cidadania, especialmente com relação à população idosa.

A garantia dos direitos dos idosos na Constituição Federal está expressa em diversos artigos, versando sobre irredutibilidade dos salários de aposentadoria e pensões, garantia do amparo pelos filhos, gratuidade nos transportes coletivos [...] (VERAS; OLIVEIRA, 2018, p. 1931).

Atualmente, no contexto de reformulação das regras previdenciárias, essa conquista do direito a aposentadoria, passa a ser reavaliada considerando-se o aumento da expectativa de vida da população brasileira (LEANDRO-FRANÇA; IGLESIAS; MURTA, 2018) e os custos do Estado referentes às políticas públicas sociais (HOLLAND; MÁLAGA, 2018). Como consequência desse quadro, os indivíduos que se encontram próximos ao período da aposentadoria têm demonstrado preocupação e ansiedade com relação ao seu futuro.

Além do cenário nacional, existem outras questões que permeiam a tomada de decisão individual acerca da aposentadoria. Rodrigues e Rauth (2006) relatam que alguns indivíduos vivem o momento da aposentadoria como um tempo de liberdade e oportunidade para engajamento em atividades que não foram possíveis durante o período de trabalho, enquanto outros pensam nele como uma desvalorização social, sem sentido e vazia. Estar de um lado ou outro dessa perspectiva dependerá da percepção de bem-estar e das condições de trabalho que cada pessoa viveu, se foi de realização de tarefas repetitivas e fatigantes ou de realização profissional.

Nessa perspectiva de investigação, encontra-se o foco desse trabalho que aborda como os docentes percebem seu processo de transição do trabalho para a aposentadoria considerando o impacto pessoal e social desse processo, bem como o atual contexto político-econômico vivenciado no país.

2 Método

Foi realizado um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa desenvolvido no Centro de Ciências da Saúde (CCS) do campus I – João Pessoa –, da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa foi feita com um professor de cada departamento do CCS, a saber: Ciências Farmacêuticas; Clínica e Odontologia Social; Odontologia Restauradora; Educação Física; Enfermagem Clínica; Enfermagem Saúde Coletiva; Fisiologia e Patologia; Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; Fisioterapia; Nutrição e Morfologia.

Apesar da existência de 12 departamentos, apenas 11 professores participaram da pesquisa, pois nenhum dos docentes do departamento de Morfologia, que se

enquadra na faixa etária dos entrevistados, aceitou participar com a alegação principal relacionada à falta de tempo. Os critérios de inclusão foram que os participantes estivessem dentro da faixa etária selecionada de 50 a 59 anos, não estivessem aposentados no cargo de professor e assinassem o Termo de Consentimento Livre considerando-se os aspectos éticos pertinentes à pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UEPB, sendo aprovada em 29 de março de 2017 através do parecer n.º 1.988.226.

Considerando a faixa etária estabelecida, foram excluídos os professores que estavam na fase pré-aposentadoria compulsória, que é definida pela Lei Complementar n.º 152, de 3 de dezembro de 2015, como 75 anos de idade (BRASIL, 2015), visto que, às pesquisadoras interessava somente entrevistar participantes que tivessem a liberdade de optar pela aposentadoria, e não que a mesma fosse obrigatória.

A informação sobre a idade de cada professor foi cedida pelos departamentos nos quais os professores se encontravam cadastrados. Após identificados dentro da amostra, foi selecionado um docente de cada departamento de forma aleatória, sendo o mesmo contatado para agendar o dia, horário e local que fosse mais confortável para ele. Os professores que aceitaram foram entrevistados por meio de um instrumento de coleta semiestruturado construído de acordo com os objetivos da pesquisa contendo 16 perguntas abertas, além de um questionário sociodemográfico para construir um perfil da amostra o qual continha questões referentes às iniciais do nome, idade, religião, estado civil, gênero, tempo como professor nesta instituição e maior grau de instrução.

Para calibrar o instrumento de coleta de dados foi aplicada uma entrevista piloto com um professor da UFPB da mesma faixa etária (50 a 59 anos), sendo que de outro centro de ensino, o CCM (Centro de Ciências Médicas).

A coleta de dados foi realizada durante os meses de abril e maio de 2017 e as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através do método de Análise de Conteúdo do tipo Temática e Estrutural (BARDIN, 2011). Inicialmente, o conteúdo da entrevista passou pela análise flutuante, que consiste em uma avaliação geral do material a ser aplicado, seguida pela análise vertical, por meio do agrupamento de conteúdos semelhantes em categorias baseado nas respostas das questões elaboradas.

As questões utilizadas com os docentes versavam sobre os seguintes aspectos: ocupações rotineiras, média de tempo despendida nas atividades laborais e nas demais atividades cotidianas, grau de satisfação profissional, conquistas alcançadas fora do ambiente laboral, percepção acerca da aposentadoria e das atividades que pretende desenvolver nesse período, desejo em permanecer trabalhando mesmo durante a aposentadoria, fatores que impactam no desejo ou desinteresse em se aposentar e, por fim, as motivações para desenvolver suas ocupações presentes e futuras.

Neste trabalho realizamos um recorte dos dados coletados e priorizamos as questões relacionadas à aposentadoria e o processo de preparação para a mesma. A partir das respostas proferidas traçamos três categorias de análise, a saber: planejamento da aposentadoria, fatores que influenciam a saída ou a permanência no trabalho e o significado da aposentadoria.

Os professores foram identificados pela letra P (generalização de professor) e Pa (generalização de professora) por um número aleatório o que garante a privacidade dos entrevistados.

3 Resultados e Discussão

Nesse tópico apresentaremos as principais percepções dos docentes em torno da questão central que é a aposentaria, permeada pelas discussões envolvendo o projeto de reforma da previdência, o etarismo, os significados do trabalho e os fatores que contribuem para que os docentes optem pela permanência nele.

A Tabela 1 descreve os professores entrevistados com relação à faixa etária, gênero, maior grau de instrução e o tempo como docentes na Universidade Federal da Paraíba.

3.1 Planejamento da aposentadoria

A aposentadoria pressupõe um processo de adaptação a uma nova etapa de vida que perpassa pela transição entre estar empregado e se tornar aposentado, e, pelo próprio percurso pós-aposentadoria que se caracteriza por uma nova fase de vida desenvolvida nesse período. Com base nesse conceito, a aposentadoria é reconhecida pela ciência social e psicológica como uma transição desenvolvimental, que necessita ser planejada ao longo do curso da vida para que haja uma boa adaptação (WANG; SHI, 2014).

No caso dos participantes da pesquisa o planejamento da aposentadoria e até mesmo o pensamento sobre esse tema ocorreu em virtude primordialmente da Proposta da Reforma Previdenciária proposta em 2016:

Tabela 1. Perfil dos entrevistados.

PROFESSORES	IDADE	GÊNERO	GRAU DE INSTRUÇÃO	TEMPO COMO PROFESSOR NESTA INSTITUIÇÃO
Pa ₁	57 anos	Feminino	Doutorado	6 anos
Pa ₂	58 anos	Feminino	Mestrado	8 anos
Pa ₃	59 anos	Feminino	Doutorado	34 anos
Pa ₄	51 anos	Feminino	Doutorado	22 anos
P ₅	59 anos	Masculino	Doutorado	36 anos
Pa ₆	55 anos	Feminino	Doutorado	30 anos
Pa ₇	53 anos	Feminino	Doutorado	24 anos
P ₈	59 anos	Masculino	Doutorado	18 anos
Pa ₉	51 anos	Feminino	Doutorado	9 anos
Pa ₁₀	58 anos	Feminino	Pós-doutorado	32 anos
P ₁₁	59 anos	Masculino	Doutorado	28 anos

Fonte: Elaborada pelas autoras (2017).

Eu pretendo logo! [risos] Eu tô pensando já nisso, acho que no mês que vem, quem sabe? [...] Na verdade, eu nem construí isso [aposentadoria] não, eu não estava nem pensando, mas... devido a mudança nesse país eu comecei a pensar e seriamente pensando né (Pa₆).

Por mim, 80.. [risos]... não, sinceramente, por mim, por meus planos... queria me aposentar com 65 anos... 68 anos... 70...mas, na atual conjuntura acho que vou me aposentar bem antes (Pa₃).

Até hoje de manhã... [risos]... eu queria trabalhar mais uns três anos...então tipo com 62.. 63... mas, tão falando que vou precisar de mais tempo... se eu quiser ter aposentadoria integral... coisa que pra mim sempre foi importante... [...] sempre foi nessa aposta de que... de que... após a aposentadoria eu conseguiria manter o padrão... parece que mudou isso... então... o que na verdade eu penso em fazer é reduzir a carga de trabalho ainda na ativa...e... cortar algumas atividades... tipo hierarquizar e cortar mesmo (P₈).

Como docente, eu tô com nove anos agora, então... diante desse governo aí, já não sei... talvez eu vá morrer ensinando (Pa₉).

Devido a essa instabilidade da votação da Proposta da Reforma Previdenciária (BRASIL, 2016) os professores começaram a se sentir receosos. Essa nova proposta retira a liberdade de escolha de se aposentar no período desejado, a contar da idade em que a aposentadoria é garantida legalmente. Atualmente estão em vigência às regras estabelecidas em 1998, pelas quais podem se aposentar com valor integral mulheres a partir do 55 anos de idade e com 30 anos de contribuição e homens a partir de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição devendo ter cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no

serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria (BRASIL, 1998).

A nova proposta redireciona a aposentadoria voluntária para a idade de 65 anos e 25 anos de contribuição desde que contribuídos vinte anos de exercício efetivo no cargo público e cinco anos na função em que se dará a aposentadoria. Além disso,

[...] pela nova regra, o valor do benefício passa a ser de 51% mais um ponto percentual para cada ano de contribuição, incidentes sobre a média das remunerações de contribuição (BRASIL, 2016, p. 8),

ou seja, serão necessários 49 anos de contribuição para que o trabalhador consiga receber o benefício integral (100% do valor do salário).

Poderão participar da regra da transição para aposentadoria voluntária os homens que tiverem 50 anos ou mais de idade e as mulheres a partir de 45 anos ou mais de idade na data de promulgação da Emenda caso estejam enquadrados nos seguintes requisitos (BRASIL, 2016).

Na Tabela 2 é possível verificar que será possível que um trabalhador do sexo masculino se aposente a partir dos 60 anos de idade pela regra da transição caso tenha contribuído com no mínimo 35 anos de serviço. Outra questão a ser observada é se, por exemplo, um homem tenha 25 anos de tempo de contribuição terá que trabalhar mais 15 anos (os 10 anos que lhe falta para completar o tempo mínimo de serviço juntamente com os cinco anos referente aos 50% do pedágio que equivale a metade do tempo que faltava) (BRASIL, 2016).

Diante dos dados expostos é possível compreender porque este fator da Proposta da Emenda Constitucional nº 287/2016 tem alterado a perspectiva da aposentadoria para alguns dos professores entrevistados. A insegurança do que esperar e o medo de tomar uma decisão e

Tabela 2. Regra de Transição de Aposentadoria (Proposta).

	HOMENS	MULHERES
Idade mínima	60*	55*
Tempo mínimo de contribuição	35	30
Tempo no serviço público	20	20
Tempo no cargo	05	05

Pedágio = Contar com um tempo adicional de contribuição equivalente a 50% do tempo que na data de promulgação da emenda faltava para atingir o tempo mínimo de contribuição.

*Quem ingressou em cargo efetivo até 16 de dezembro de 1998 poderá optar pela redução da idade mínima em 1 (um) dia de idade para cada dia de contribuição que exceder o tempo mínimo de contribuição. Fonte: Brasil (2016).

se arrependem futuramente dentro das perspectivas político-econômicas do período atual colocam os professores numa linha tênue entre o que eles desejam e o de fato passa a se tornar necessário para se aposentar.

Outros professores, apesar de entenderem que a aposentadoria é uma etapa da vida assim como a fase produtiva, relutam em aceitar a sua proximidade, de forma que não conseguem vislumbrar suas vidas sem a rotina da docência. Geralmente esses professores são aqueles que dedicaram a maior parte da vida à universidade e desenvolveram poucas atividades fora deste ambiente.

[...] eu não tinha pensado nisso há um tempo, e só agora que eu venho pensando... então não tenho ideia... eu na verdade assim... achava que não ia me aposentar nunca... até porque eu acho que não ia viver tanto [risos]... então eu achei que ia morrer trabalhando... coisa assim... não era uma coisa que tava no meu plano... (Pa₁).

Acho que é doloroso... eu sempre... eu não consigo muito pensar... em acordar de manhã e não ter o que fazer... né... e não ter uma rotina... e não ter responsabilidade... e não ter coisas que eu preciso dar conta... então eu... é nesse sentido que eu to falando, que agora eu começo a pensar que eu preciso me preparar... preciso pensar em outras alternativas... preciso pensar... no que vou fazer (Pa₁).

[...] eu tô começando a pensar, né, me visualizar fora da universidade, fora desses horários, né, que a gente tem que cumprir... Como é que seria, assim, acordar um dia e eu não ter que, realmente, me aprontar pra vim pra dar uma aula de tal hora, né, um, uma supervisão de estágio de tal hora, tal hora, como é que é isso, né? Sair dessa, desse condicionamento já a tanto tempo porque são

8 anos aqui nessa instituição, mas são 28 anos de trabalho [...] (Pa₂).

[...] antes eu não queria... a minha ideia de se aposentar era um terror, hoje, eu já estou trabalhando... tenho que me aposentar, não vou ficar minha vida toda na universidade... então assim... eu to tentando me trabalhar [...] (Pa₃).

Para compreender o porquê da dificuldade de se desvincilhar da vida universitária é preciso entender que “[...] o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (ENGELS, 1979, p. 215). Essa afirmação coloca homens e mulheres como dependentes do trabalho, atividade que permeia a vida dos adultos sendo-lhes fonte de renda como meio de satisfazer suas necessidades materiais e emocionais. Para Marx (1989) o trabalho é uma atividade em que se deposita toda energia mental e física com a finalidade de produzir um bem ou serviço, ressaltando este último como o produto do docente.

A extensa e intensa demanda da profissão a qual os professores dedicaram anos de empenho amedronta com relação a decisão pela aposentadoria, sendo esta sempre adiada, ora por receio de deixar todas as conquistas profissionais para trás, ora por achar que não há mais nada que se possa fazer fora da universidade, gerando um sentimento de incompletude.

Há professores que não possuem perspectiva de se aposentar em curto prazo, querem desfrutar por mais tempo da docência e entendem que ainda não chegou o tempo para se desvincularem da universidade:

[...] a lei diz que aos 75 eu terei que sair pela compulsória, mas, eu não, eu não gostaria de fazer isso aos 75 anos, eu gostaria de ter um tempinho pra ficar um pouco mais [...] isso tudo tem sido uma grande incógnita [...] (P₃).

[...] É... eu já tenho tempo de me aposentar... porque tem o tempo que eu tinha de universidade e que eu tinha de Estado, e já tô com tempo de me aposentar, só que optei por não fazer agora, certo?... Vou ficar até... quando aguentar (P₁₁).

[...] Eu não penso em me aposentar, eu penso que ainda tenho talvez uns dez anos aqui, mas é um direito de todo trabalhador e eu penso que quando eu me aposentar eu estarei aposentada do trabalho e não da vida [risos]. Como eu nunca fiz cálculos e não penso, então eu não tenho ideia, mas eu não me imagino aqui talvez com mais de setenta trabalhando (Pa₂).

Uma das categorias anteriormente citada por Cynkin e Mazur (1990) é a quantidade de tempo apropriada para uma determinada atividade. Espera-se que os adultos perpassem pelo trabalho durante a faixa etária produtiva que está entre 15 e 64 anos de idade. É devido, também, a essa perspectiva que os entrevistados se sentem ainda enquadrados no período produtivo e não expressam o interesse de uma aposentadoria em curto prazo.

Nem todos enxergam a aposentadoria como fase da vida, mas sim como o período de “não ter nada para fazer”, de improdutivo, de ser considerado “velho”, sem utilidade para o mercado de trabalho, não se sentem valorizados em ocupar este lugar.

Especificamente com relação à aposentadoria, podemos perceber que há uma ambivalência de sentimentos em relação a ela, pois ao mesmo tempo em que passa a existir uma possibilidade de desfrutar de um tempo livre, há também marginalização do aposentado que geralmente é associado a uma ideia de inutilidade. Isso ocorre, porque em uma sociedade produtiva há uma extrema valorização da antítese social do aposentado, que é o jovem, representado socialmente pelo ideal de beleza, saúde e força (OLIVEIRA; TORRES; ALBUQUERQUE, 2009).

No entanto, há quem se sente satisfeito com o(s) cargo(s) que exerceu e, cuja aposentadoria, não é enxergada como perda, mas como um processo natural no percurso pessoal. É importante pontuar, que somente um dos entrevistados (Pa₁₀) apresentou uma concepção de aposentadoria associada a um percurso planejado de vida.

Com 61 anos... já tá bom né... [risos] [...] minha opção foi ser professora da universidade... bem como a universidade academicamente galguei todas as ascensões acadêmicas, fui professora titular, ocupei vários cargos de relevância na instituição... e pra mim isso já completou... era isso que eu queria... que eu planejei e que portanto agora encerro minha vida acadêmica nesse patamar (Pa₁₀).

A partir da fala da entrevistada Pa₁₀ é possível inferir que esta professora se sente realizada através de sua trajetória, e, portanto, demonstra aceitação e tranquilidade para vivenciar a aposentadoria.

França e Soares (2009) abordam a existência de teorias relacionadas à aposentadoria, sendo uma delas a Teoria da perspectiva do Curso de Vida, teoria esta que elucida que o comportamento de uma pessoa tem relação direta com a história de vida e o contexto em que o evento ocorre, sendo assim, o significado que a aposentadoria tem para cada pessoa depende de como ela vivenciou o processo do trabalho e como ela se sente diante disso tudo e dos contextos macro e micro envolvidos:

[...] o contexto micro inclui as variáveis personológicas, como saúde, riqueza financeira, capital humano e família, e as características psicológicas, como personalidade, atitudes e padrões de comportamento. Já o contexto macro traduz as políticas governamentais, as condições do mercado de trabalho bem como as estruturas e as normas da população (FRANÇA; SOARES, 2009, p. 741).

Todos esses fatores do contexto micro e macro acima citados, corroboram para o modo como os professores se enxergarão diante da fase da aposentadoria e estão em uma relação direta com o lugar que o trabalho ocupa na vida dessas pessoas e o que elas desejam que ocupe o vazio (lacuna) que será deixado pelo trabalho.

3.2 Fatores que influenciam a saída ou a permanência do trabalho

Há professores que estão próximos a idade de se aposentar e estão percebendo uma transição no mercado de trabalho que é a entrada de profissionais mais novos e provavelmente mais atualizados. Estes professores por sua vez estão se sentindo marginalizados em relação ao grupo de docentes do qual fazem parte.

Bom, um pouco é o desgaste mesmo que aconteceu aí com essa relação pessoal dentro do departamento, né, na universidade. [...] dentro do departamento existe uma nova geração que tá surgindo que tem um modo de trabalhar totalmente diferente do meu e que tem trazido problemas para o departamento, inclusive, né. Então assim, há um conflito muito grande agora de orientação das coisas que tão acontecendo dentro do departamento. [...] E o pior é que você começa a ter colegas no trabalho que foram seus ex-alunos, né. [...] Então você começa a perceber que as gerações estão ganhando mercado de trabalho e você continua nele, né, então alguma coisa tá acontecendo [...] o jeito [fulano] de trabalhar já não tava mais atendendo essa nova demanda. Então, será que não tá na hora de me aposentar mesmo? (Pa₄).

[...] acho que a gente vai sofrendo um pouco de discriminação, e eu acho que eu já comecei a sentir um pouco isso, né, assim... de pequenos toques... umas coisas assim, meio veladas de colegas, sabe assim... então eu acho que a própria instituição vai te colocando em um outro lugar sabe, então... acho que aí você começa a pensar assim, é... acho que tá na hora... acho que também a paciência estoura... vai diminuindo... sabe assim... de esperar o tempo de amadurecimento de algumas pessoas [...] (Pa₁).

[...] eu não quero ultrapassar demais porque eu sei que existe uma, uma idade também, né, pro biológico [...] outra coisa que a gente também tem que respeitar, a mudança de geração, né, querendo ou não, por mais que eu me atualize, por mais que eu esteja inteirada, né, na modernidade existe sim um choque de gerações que hoje tem que ter uma noção do momento de parar (Pa₂).

Cynkin e Mazur (1990) afirmam que executamos diversas atividades durante o dia, sendo elas prazerosas, por necessidade, fisiológicas, dentre outras de diversas categorias, no entanto, essas atividades não acontecem de forma aleatória no cotidiano do indivíduo. As atividades são regidas e direcionadas pelo meio o qual as pessoas estão inseridas, sendo assim, pelos padrões socioculturais dos grupos ou subgrupos. Toda sociedade tem suas crenças e valores que direcionam o que é adequado ou não fazer para cada status social e econômico, étnico, pela diferença de gênero, idade, dentre outras categorias que vão selecionando e adequando os grupos para facilitar o controle dos gostos e desejos que aparentam ser pessoais mas na verdade são diretivos e pré-selecionados.

Alguns fatores, como uma troca de disciplina, deixar um cargo administrativo do departamento e/ou na universidade, e até mesmo, uma diminuição na produção acadêmica referente às publicações, pode despertar no docente um sentimento de não pertencimento ao papel ocupacional laboral que ocupa. A partir dos sinais que são previamente construídos pelo grupo como um sistema de códigos próprios, o indivíduo pode se sentir coagido a reagir à opinião do grupo em questão e se sentir conduzido a refletir acerca do processo de aposentadoria.

A questão do etarismo permeia a fala dos docentes e pode ser percebida através dos relatos das crenças com relação aos preconceitos em termos de idade. A discriminação por idade ocorre quando esse tipo de crença gera atitudes que legitimam

[...] o uso da idade cronológica para demarcar classes de pessoas a quem são sistematicamente negados recursos e oportunidades de que outros desfrutam, e que sofrem as consequências desse menosprezo, que vão do patrocínio bem-intencionado ao aviltamento inequívoco (BYTHEWAY, 2005, p. 14).

Há, além disso, um tipo de preconceito social vinculado ao envelhecimento e que é subjacente à maioria das formas de preconceito etário no qual se vê uma superestimação da juventude pela maioria das sociedades ocidentais paralelamente à prática de transformar o processo de envelhecimento

em um objeto de vergonha (GOLDANI, 2010). A internalização desse preconceito, percebida na fala dos professores Pa₁, Pa₂ e Pa₄, se concretiza quando os mesmos passam a refletir sobre a necessidade de se aposentar em virtude da própria faixa etária e do ingresso de pessoas mais novas no em seu círculo laboral.

Para outros professores entrevistados a PEC 287/2016 referente à Proposta da Reforma da Previdência é o principal fator de influência para sua saída da universidade.

Atualmente, seria essa questão da PEC né, essa questão dessa reforma... dessa reforma da aposentadoria, isso é que tá me levando a pensar em me aposentar, se não fosse isso eu tinha em mente de ficar até a compulsória, que era 70 anos [...] a questão salarial... né... essas coisas salariais que a gente vai ter que ter... ou esse tempo que a gente vai ter que demandar pra se aposentar, então é realmente isso que tá me levando a pensar em realmente me aposentar (Pa₃).

Essa mudança na legislação né! (Pa₆).

Bom, em primeiro lugar a legislação que não vai me permitir ficar aqui mais tempo do que o que é determinado pras pessoas trabalharem, mas eu acredito que a gente deve também pensar um pouco na nossa pessoalidade, um pouco na nossa saúde, sobretudo na saúde mental, né, ter um pouco de lazer eu acho que é direito das pessoas, sobretudo daquelas que passaram sua vida inteira contribuindo, né, positivamente pra o progresso dessa nação (P₃).

A possível aprovação da Reforma da Previdência tem gerado angústia nos professores por estarem sendo sutilmente influenciados a optar pela aposentadoria em um período anterior ao desejado. Há um constante medo quanto à integralidade do salário que para muitos será perdida devido ao acréscimo do tempo mínimo de serviço se aprovada a PEC (BRASIL, 2016).

Outra questão levantada é em relação ao provável desequilíbrio entre o exercício profissional e as atividades de lazer. O professor que menciona esse fator expressa

[...] ter um pouco de lazer eu acho que é direito das pessoas, sobretudo daquelas que passaram sua vida inteira contribuindo, né, positivamente pra o progresso dessa nação (P₃).

Essa fala possibilita a reflexão acerca da falta de equilíbrio cotidiana que há provavelmente entre as exigências das tarefas docentes e as atividades

de descanso e lazer que serão postergadas para o período da aposentadoria. Esse tipo de organização do trabalho tem reflexos diretos na qualidade de vida, na saúde e no processo de adoecimento dos trabalhadores que acabam gerando sofrimento e agravos à saúde dos indivíduos (LANCMAN, 2007).

Sacristán (1995) escreveu sobre a atividade docente com relação a hiper-responsabilidade do professor em relação à prática pedagógica colocando-o no centro de todo resultado positivo ou negativo do sistema escolar. O professor não só precisa ter um conhecimento científico sobre os assuntos das aulas, mas também tem que desenvolver as habilidades de transmissão da informação, de debates, avaliações. Além disso, Oliveira (2007) pontua que a amplitude do papel do professor vem sendo acompanhada de maior cobrança sobre em relação ao sucesso pelo aprendizado dos estudantes e de novas formas de mensurar o desempenho dos mesmos.

O acúmulo de tarefas e aptidões a serem desenvolvidas para ser um professor de qualidade compromete mais do que o tempo contratado por regulação para que o indivíduo seja capaz de dar conta dos seus afazeres enquanto professor não sobrando tempo para demais atividades. Ressaltamos que dificilmente um professor com regime de dedicação exclusiva passará todo o tempo do seu serviço sem se deparar com um cargo administrativo, aumentando assim, sua carga horária, o que pode acarretar em sobrecarga devido ao acúmulo de funções.

Dejours (1998) afirma que as exigências do trabalho adoecem o trabalhador e as relações de trabalho despem o trabalhador da sua personalidade e os coloca no lugar de escravo do trabalho que os faz acreditar na sua dependência de satisfação naquilo que produz, e não naquilo que ele é.

Para alguns professores, participantes deste estudo, os fatores que influenciam a permanência no trabalho são mais sedutores.

[...] Quando você se aposenta, você passa a fazer parte de um círculo de pessoas que não me atrai muito... de ser aposentado... eu falo do pessoal mais velho... que são improdutivos... só esperando a morte chegar entre aspas [...] eu vou até onde der... se eu me aposentar com 70 anos o que que eu vou fazer numa condição sedentária? Nada não (P₁₁).

Primeiro a necessidade... hoje a gente não se dá ao luxo de viver sem trabalhar... a necessidade econômica... segundo, eu também, me acho em plena atividade, gosto de trabalhar... então tô numa

idade ainda produtiva... e o trabalho que faço é um trabalho que me dá prazer, que gosto (Pa₃).

Então... porque o meu trabalho de pesquisador, de professor membro da comunidade universitária... ele hoje tem uma história, tenho várias coisas que foram construídas e estão em processo... muitas atividades que eu faço... e algumas já tem pessoas fazendo junto comigo... então... uma coisa que me faz pensar no tempo de sair, é como eu vou organizar a transição... porque eu não gostaria que as coisas legais que eu fiz acabassem porque sai... gostaria que as pessoas assumissem... dessem continuidade [...] compartilhar com outras pessoas... que elas vão permanecer... acho que isso afeta, sabe? Tipo, se eu tivesse que sair agora...ai acabou? Ai eu não iria querer sair... Ia querer tentar construir uma continuidade (P₈).

Embora esses professores prefiram permanecer trabalhando, os fatores que contribuem para isso são distintos diante de suas perspectivas. O primeiro fator que contribui para a permanência é a percepção de inutilidade trazida com a aposentadoria, por isso, estar trabalhando reflete mais vivacidade. Um estudo de Csikszentmihalyi (2002a) teve a finalidade de identificar o nível do fluxo das pessoas no contexto do trabalho e no contexto de lazer. Vale ressaltar que era considerada uma pessoa em fluxo quando a marca na escala de desafios e de faculdades utilizadas ultrapassava a média esperada da semana.

[...] no emprego, as pessoas sentem-se mais aptas e instigadas a algo e, portanto, mais felizes, fortes, criativas e satisfeitas. Durante o tempo livre, as pessoas sentem geralmente que não há muito para fazer e que as suas faculdades não estão a ser usadas, por isso tendem a sentir-se mais tristes, fracas, aborrecidas e insatisfeitas (CSIKSZENTMIHALYI, 2002a, p. 216-7).

Portanto, para os professores que não sentem prazer no uso do tempo livre, o tempo do trabalho possibilitou uma percepção de serem mais ativos, satisfeitos e úteis, sendo a qualidade das experiências laborais mais significativas a partir da concepção que o significado de uma atividade motiva e canaliza todas as energias do indivíduo para se chegar ao fim desejado (CSIKSZENTMIHALYI, 2002a, 2002b).

O segundo fator é a necessidade financeira que diante da crise econômica e política do mundo, sobretudo do Brasil, tem preocupado os mantenedores dos lares. A discussão diária da inconstância da liberação de verbas para as diversas demandas do país, incluindo o pagamento do salário dos servidores públicos, assim como seu aumento, tem abalado os

gastos financeiros das famílias, levando-as ao corte de gastos, e, portanto, a redução do padrão de vida que possuíam.

O terceiro fator está na dificuldade de deixar para a próxima geração de professores o trabalho que iniciou e de os mesmos compreenderem/reconhecerem a contribuição para o crescimento e valorização dos cursos dos quais fazem parte. A dificuldade também está em entender/aceitar que as conquistas serão mantidas por outros e poderão ter continuidade ainda que o genitor da ideia não esteja mais no corpo docente.

Em nossa cultura, o papel profissional é um dos pilares fundamentais da auto-estima, identidade e senso de utilidade. Embora esta estreita ligação entre identidade e ocupação possa ser mais verdadeira para indivíduos situados em profissões de nível universitário (“Eu sou um advogado...médico...psicólogo”), as características ocupacionais normalmente se refletem em atitudes, valores e posições políticas, associadas a fatores como classe social e nível de instrução (MAGALHÃES et al., 2004, p. 58).

Sendo assim, a quebra do vínculo das atividades desenvolvidas no âmbito laboral por muitos anos, assim como a perda dos vínculos sociais e afetivos com os colegas de trabalho pode reduzir a qualidade de vida dos trabalhadores (MAGALHÃES et al., 2004).

3.3 Significado da aposentadoria

Para muitos dos professores entrevistados há uma centralidade do papel do trabalho em suas vidas e por isso o ato de aposentar-se vem imbricado de um sentimento de perda do papel social, de status e também de vínculos sociais. Lancman (2007) relata que o trabalho funciona como promotor da constituição da identidade individual e, conseqüentemente, interferindo diretamente nas inserções sociais, na formação das redes sociais, das trocas afetivas e econômicas o que gera o sentimento de pertencimento social de modo que sua perda implica no comprometimento em todos esses âmbitos. Nesse sentido, com relação a aposentadoria, os participantes relataram que:

Aposentadoria pra mim é um terror [risos] significa assim é... parar de trabalhar, acho que é a minha maior... assim... como que eu digo?... dor de me aposentar... é parar de trabalhar... acho que eu precisaria ter uma atividade. Como a minha atividade única é ser docente... não

tenho uma atividade outra fora, então assim... aposentadoria tá sendo... é uma ideia muito dolorosa, [...] (Pa₃).

Aposentadoria significa o que eu não quero agora tão cedo... [risos]... porque acho que deprecia um pouco a gente... deixa a gente um pouco pra baixo (P₁₁).

Levando em conta que os professores deste estudo são concursados federais, o motivo da vinculação destes a tal emprego não se dá primordialmente pela necessidade financeira, mas pelo desejo de ocupar o cargo de professor universitário. Eles se sentem satisfeitos quanto a sua profissão e, portanto, se visualizar distante dessa rotina a qual se empenharam para alcançar, traz um sentimento de desprazer em relação a desvinculação trazida pela aposentadoria.

Para estes trabalhadores, a ocupação do trabalho está diretamente relacionada à sua identidade (FRANÇA; SOARES, 2009) e reconstruí-la baseada em outra ocupação gera um desconforto.

Por ironia, é mais fácil desfrutar do trabalho do que do tempo livre, porque, tal como as atividades de fluxo, o trabalho tem objetivos implícitos, “feedback”, regras e desafios que levam ao envolvimento, à concentração e ao esquecimento de si próprio. Por outro lado, o tempo livre não está estruturado e convertê-lo em algo de que se possa desfrutar exige muito maior esforço (CSIKSZENTMIHALYI, 2002a, p. 220).

Para os professores desta categoria os desafios do trabalho os deixam mais felizes e mais ativos os permitindo viver com intensidade e com sentimento de utilidade. Para os demais professores a aposentadoria significa ter tempo para fazer atividades prazerosas.

[...] aposentadoria pra mim, nesse momento seria deixar essas atividades, esses compromissos, essas obrigações que eu tenho rotineiramente e fazer agora o que me dá prazer de verdade. Viver, viver melhor, entende?! Ter uma melhor qualidade de vida! Que a gente quando, a gente fica muito enrolada com as coisas, muita coisa a cada dia e o professor principalmente né, a gente leva trabalho pra casa, tem dia que vai dormir não sei que horas né, organizando as coisas ou corrigindo (Pa₆).

[...] aposentadoria pra mim... é uma coisa planejada. Não eu ir pra casa, aposentadoria pra me dedicar as outras coisas que eu queira ter feito e não fiz por conta do meu trabalho atual, mas eu não tenho absolutamente nenhuma intranquilidade, nenhum problema, a minha aposentadoria vai chegar por uma decisão pessoal (Pa₁₀).

Aposentadoria pra mim significa uma passagem, né, de um tempo de trabalho para um tempo em que você vai usufruir um salário sem necessariamente estar atrelada a um horário fixo de trabalho, né, você pode se dedicar a outros tipos de trabalho, né, que não este institucional. Eu acho que a aposentadoria é um tempo de mudança, de passagem né, de uma etapa da vida da gente pra outra etapa (Pa₂).

[...] é um direito que depois de você... anos e anos de trabalho de dedicação, de cumprimento de horário, de servir mesmo, de servir pra o outro, é você ter direito de... é... ter um tempo de você viver pra você, sem está prestando conta de horário (Pa₃).

Rapaz... tenho pensado nisso todo dia... é uma possibilidade de reorganizar... o tempo.. a vida... a questão do trabalho... porque ela...ela.. tira o peso da... responsabilização, no sentido de você ter que fazer coisas que não quer, porque faz parte do contexto do seu trabalho, acho que você pode priorizar atividade mais de... que geram prazer, que seja do seu gosto fazer... acho que é uma possibilidade de escolha maior; [...] (P₈).

A aposentadoria pra mim é... um período mais de liberdade... né... de pelo menos de ter liberdade de algumas obrigações mais formais (Pa₁).

Nas falas dos professores agrupados nesta categoria nota-se a percepção que eles têm em relação ao tempo que o trabalho ocupa em seu dia. Essa percepção é tão nítida que a maioria dos professores entende a aposentadoria como o momento de se fazer o que dá prazer e que não foi possível devido às obrigações do professorado.

Essa visão ampla de novas possibilidades para uma nova fase da vida é entendida a partir do modelo de bem-estar psicológico que é multidimensional e “[...] que abrange um conjunto de dimensões consideradas nucleares no desenvolvimento e na expressão da normalidade e do bem-estar” (POCINHO et al., 2017, p. 14). Sendo estas as dimensões nucleares: aceitação de si, relações positivas com os outros, domínio do meio, crescimento pessoal, objetivos na vida e autonomia.

No trabalho de Csikszentmihalyi (2002a) pode ser identificado que os trabalhadores desejariam estar fazendo atividades prazerosas durante o período do trabalho mesmo que este os deixassem satisfeitos, portanto, neste estudo foi identificado que a motivação era elevada nos períodos de lazer mesmo que o trabalho lhes proporcionasse maior êxtase em relação a qualidade da experiência.

4 Considerações Finais

É necessário reconhecer que o envelhecimento populacional trouxe um grande desafio econômico para o país, sendo assim, reconfigurar as regras da previdência pública tem sido a estratégia pautada pelo governo atual para equilibrar a receita entre arrecadação e gastos, e neste cenário, a aposentadoria se torna para muitos um período de insegurança e incertezas.

A Proposta da PEC nº 287/2016 vem alterando os planos dos trabalhadores, sobretudo, os professores que se sentem desafiados a tomar qualquer tipo de decisão diante da inconstância das decisões governamentais e ao mesmo tempo desencorajados em optar pela aposentadoria devido à perda salarial em consequência da transição da lei previdenciária. Por isso, a desvalorização do professor tem minado as opções de escolha, deixando-o à mercê da opção de pedido de aposentadoria antes da aprovação da proposta ou a espera da totalização da contribuição de acordo com a nova Emenda Constitucional.

Durante a realização das entrevistas foi possível identificar que alguns professores ainda não tinham se atentado para o planejamento da aposentadoria ou até mesmo nunca haviam pensado sobre esse tema. Alguns docentes haviam esboçado a ideia no plano do próprio pensamento e a minoria havia de fato arquitetado algo, ou seja, as perguntas das coletas se transformaram em possibilidade de reflexões individuais para os entrevistados, fato que por si, pode ser considerado como um ponto positivo da pesquisa.

As respostas inconsistentes que surgiram diante das questões elucidaram a necessidade de criação de projetos na universidade que absorvam a demanda dos professores em relação às suas angústias e em relação ao próprio fazer docente, além de incentivar o planejamento da futura aposentadoria, para que esta seja visualizada de forma positiva dado que a construção dessa nova fase está ligada a experiências, valores e motivações intrínsecas e extrínsecas ao indivíduo. Os fatores que impedem os professores de experienciar esse momento da aposentadoria precisam ser revistos e trabalhados para que ganhos sejam percebidos como mais gratificantes que as perdas e, entendemos dadas as características próprias da profissão, que esse é um projeto que pode ser empreendido pelo grupo de docentes do Departamento de Terapia Ocupacional.

Referências

- ALMEIDA, M. E. G. G.; MAGALHÃES, A. S. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 205-214, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- BARBOSA, T. M.; TRAESEL, E. S. Pré-aposentadoria: um desafio a ser enfrentado. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 215-234, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 nov. 2018.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Z. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 3 set. 2017.
- BRASIL. Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp152.htm>. Acesso em: 3 set. 2017.
- BRASIL. PEC nº 287, de 1 de dezembro de 2016. Proposta da Reforma da Previdência. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/2017-01-12-APRESENTA%C3%87%C3%83O-REFORMA-DAPREVID%C3%8ANCIA.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.
- BYTHEWAY, B. Ageism and age categorization. *The Journal of Social Issues*, Washington, v. 61, n. 2, p. 361-374, 2005. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00410.x>.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. O trabalho como fluxo. In: CSIKSZENTMIHALYI, M. *Fluir: a psicologia da experiência ótima*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2002a. p. 196-220.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. O. A elaboração do significado. In: CSIKSZENTMIHALYI, M. *Fluir: a psicologia da experiência ótima*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2002b. p. 286-307.
- CYNKIN, S.; MAZUR, A. R. O conceito de atividades de saúde: relação de atividade e saúde. In: CYNKIN, S.; MAZUR, A. R. *Occupational therapy and activities health: toward health through activities*. Ann Arbor: Little, Brown, 1990. p. 25-34.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ENGELS, F. Humanização do macaco pelo trabalho. In: ENGELS, F. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. p. 215-228.
- FERRARI, M. A. C. Kielhofner e o modelo de ocupação humana. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 216-219, 1991.
- FRANÇA, L. H. F. P.; CARNEIRO, V. L. Programas de preparação para a aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende (RJ). *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 429-448, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2009.00010>.
- FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007>.
- FREITAS, M. C.; CAMPOS, T. D.; GIL, C. A. Expectativas e concepções de trabalho na velhice em homens na meia-idade. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 8, n. 2, p. 43-64, 2017. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2017v8n2p43>.
- GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. Motivação. In: GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. *Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 279-310.
- GOLDANI, A. M. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, 2010. PMID:26401063.
- HOLLAND, M.; MÁLAGA, T. *Previdência social no Brasil: propostas para uma reforma de longo prazo*. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24784/TD%20487%20-%20Marcio%20Holland.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Em 2015, esperança de vida ao nascer era de 75,5 anos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9490-em-2015-esperanca-de-vida-ao-nascer-era-de-75-5-anos.html>>. Acesso em: 3 set. 2017.
- KIELHOFNER, G. *Model of human occupation: theory and application*. Baltimore: Lippincott Williams & Wilkins, 2008.
- KIELHOFNER, G.; BARRETT, L. J. Teorias derivadas de perspectivas do comportamento ocupacional: uma visão geral do comportamento ocupacional. In: NIESTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. *Terapia ocupacional de Willard & Spackman*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. p. 488-490.

- KIELHOFNER, G.; BURKE, J. P.; IGI, C. H. Um modelo de ocupação humana, parte 4: avaliação e intervenção (modelo de tratamento, teoria). *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 2-3, p. 127-144, 1991.
- LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. *Terapia ocupacional: fundamentação e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 271-277.
- LEANDRO-FRANÇA, C.; IGLESIAS, F.; MURTA, S. G. Futuro e aposentadoria: evidências de validade para uma medida de perspectiva temporal. *Psicologia: Organização e Trabalho*, Brasília, v. 18, n. 2, p. 390-395, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v18n2/v18n2a07.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- LEANDRO-FRANÇA, C.; IGLESIAS, F.; MURTA, S. G. Planejamento da aposentadoria: uma escala de mudança de comportamento. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v18n2/v18n2a07.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- MAGALHÃES, M. O. et al. Padrões de ajustamento na aposentadoria. *Aletheia*, Canoas, n. 19, p. 57-68, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n19/n19a06.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2017.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- NETTO, M. P. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. V.; PY, L. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. p. 3-13.
- OLIVEIRA, C. S.; SILVA, J. M. S. Programa de preparação para aposentadoria - PPA vida ativa. *D&Ciência em Foco*, Rio Branco, v. 2, n. 1, p. 157-169, 2018.
- OLIVEIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALBUQUERQUE, E. S. Análise do bem-estar psicossocial de aposentados de Goiânia. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, p. 749-757, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000400015>.
- OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000200004>.
- PACHECO, J. L.; CARLOS, S. A. Relações do homem com o trabalho e processo de aposentadoria. In: FREITAS, E. V. et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1388-1393.
- POCINHO, R. et al. Bem-estar psicológico na reforma: a importância da preparação dos trabalhadores para a transição. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 37, n. 37, p. 11-25, 2017.
- RAFALSKI, J. C.; ANDRADE, A. L. Desenvolvimento da escala de Percepção de Futuro da Aposentadoria (EPFA) e correlatos psicossociais. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 1, p. 49-62, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220105>.
- RODRIGUES, N. C.; RAUTH, J. Os desafios do envelhecimento no Brasil. In: FREITAS, E. V. et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 186-192.
- SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1995. p. 63-92.
- SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 583-593, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- UCHÔA, E. Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 849-853, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300017>.
- VERAS, R. P.; OLIVEIRA, M. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04722018>.
- VILELA, J. M.; PAULIN, G. S. T. Estou me aposentando, e agora? Contribuições da terapia ocupacional na reorganização do cotidiano. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 497-505, 2014. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.070>.
- WANG, M.; SHI, J. Psychological research on retirement. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, v. 65, n. 1, p. 209-233, 2014. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115131>.

Contribuição dos Autores

Pamela Daniel Machado Nascimento: concepção do texto, pesquisa e organização das fontes, análise de dados e redação do texto. Andreza Aparecida Polia: concepção do texto, organização da análise dos dados, orientação do trabalho e revisão final do texto. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.